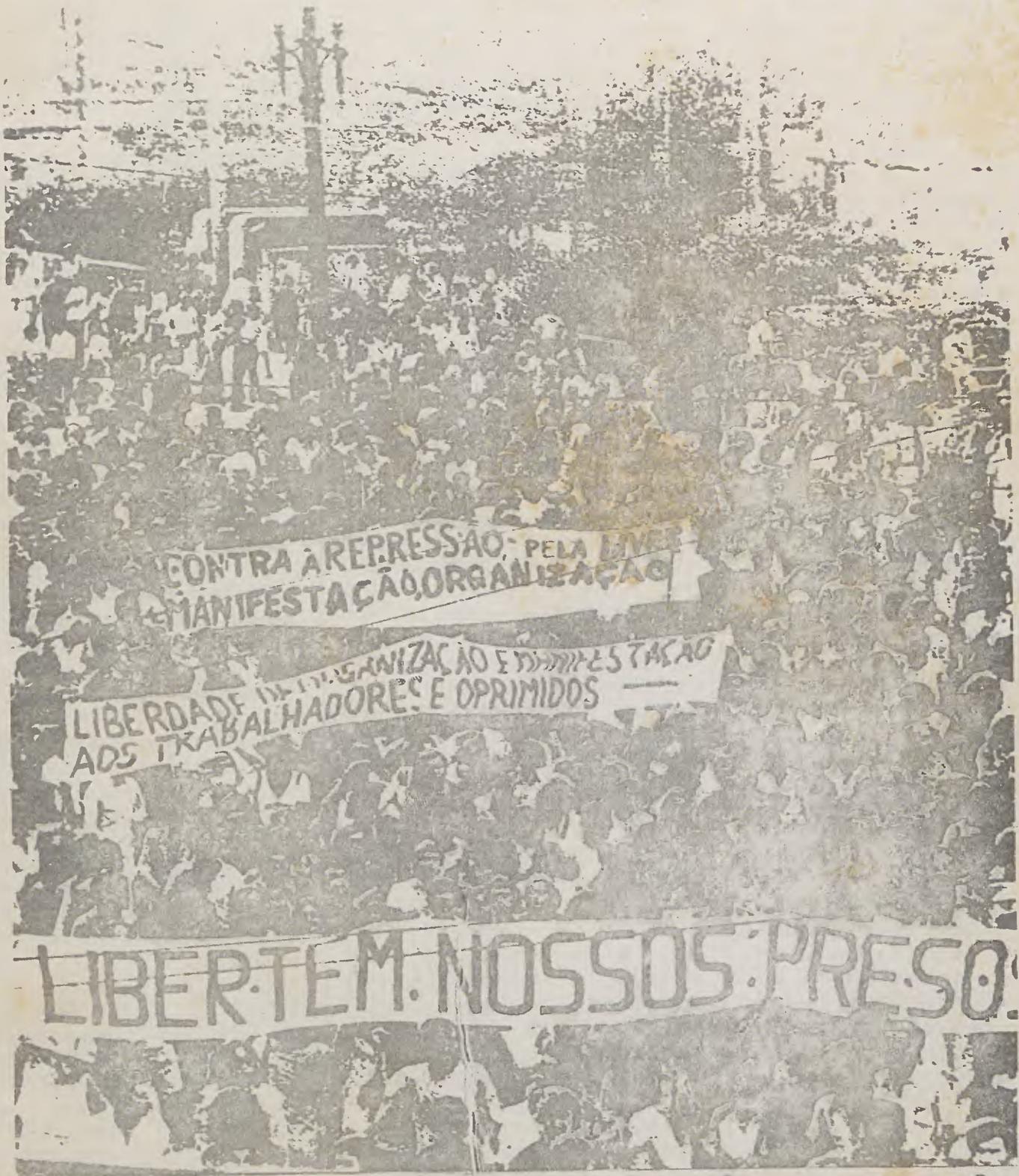


RESISTÊNCIA



organizar a luta · alternativa

o movimento estudantil e suas lutas

É inegável o avanço obtido por nosso movimento nos últimos anos. Após a derrota imposta a nós, estudantes, e ao conjunto do movimento popular, em 68, pela ditadura, que resultou em longos anos de profundo descenso e perda do conjunto de direitos conquistados a duras penas, o movimento estudantil hoje se reorganiza.

Aos poucos vamos readquirindo a capacidade de resistir ativamente à política do regime para a Universidade, bem como de nos contrapor às suas medidas repressivas.

Aqui na USP, após um longo trabalho de lenta reconstrução de nossas entidades de base, os CA's, o movimento retomou sua força, principalmente no ano de 75. Impedimos a aplicação do 477 em três colegas, fizemos a greve da ECA e repudiamos a repressão do regime com manifestações de protesto contra a prisão de estudantes e jornalistas e contra o assassinato de W. Herzog pela polícia política.

Desta forma, o movimento, aos poucos foi retomando à ditadura o direito de se manifestar e se organizar livremente. Foi a ampliação destas lutas que nos levou à vitória mais importante desde 68: a reconstrução do DCE livre.

A reconstrução da nossa entidade máxima ao nível da USP foi um passo fundamental para o avanço do movimento. E, no ano passado, já obtivemos vitórias importantes ao impedirmos a elevação do preço das refeições e ao realizar

mos a concentração no L. de Arouche em protesto contra a implantação de Estudos Sociais.

Assim, resistindo aos avanços das diretrizes do governo para a Universidade, resistindo às investidas da repressão, obtendo vitórias em nossas lutas, consolidamos nossas entidades livres e amadurecemos as condições para os avanços atuais em nosso movimento.

E 77 se inicia na USP prometendo difíceis problemas e muito trabalho para o DCE. A Universidade estava sob ameaça de paralisar suas atividades didáticas por falta de verbas.

Mas nossa resposta ao agravamento das condições de ensino e serviços foi pronta e imediata. Nos mobizamos em torno do DCE, reivindicando mais verbas e a garantia de manutenção das nossas conquistas do ano passado, como o CRUSP a Cr\$600.

Simultaneamente os colegas da PUC se mobilizavam para barrar as tentativas de aumento abusivo das anuidades. No processo vitorioso de lutas renasceu o DCE livre da PUC. O movimento por mais verbas para a educação não era somente dos estudantes da USP. Os colegas da PUC e das escolas isoladas aderiram a ele.

A passeata com mais de 5000 estudantes e centenas de populares que culminou com a concentração no L. de Pinheiros constituiu-se num marco para o movimento, e conquistas importantes foram obtidas: a vitória parcial da complementação das verbas, ainda que isto signifique a necessidade de retomarmos a

luta no 2º semestre e, pressionado pela força da manifestação, o governador foi obrigado a receber o DCE livre da USP e os CA's como legítimos representantes dos estudantes.

A intervenção da repressão no movimento, evidenciando a atitude do regime frente àqueles que o contestam, deixou bem claro que as lutas pela defesa de nossas reivindicações, sejam elas quais forem, implicam necessariamente na conquista de nosso direito de livre organização e manifestação.

O crescimento da luta, sua ampliação para as escolas isoladas e o apoio da PUC exigiram um nível maior de organização. A necessidade da criação da UME já era reclamada pelas Assembléias, que assumiram um caráter metropolitano.

Além disso, o apoio popular que obtivemos nesta manifestação, ao identificarmos nossa luta por mais verbas com reivindicações que não são só do interesse dos estudantes, mas expressam também um anseio popular por melhores condições de vida, pelo Ensino Público e Gratuito e contra a carestia, mostrou a possibilidade de nos unirmos às lutas dos setores oprimidos da população.

A realização do Simpósio e a criação da Comissão pelo Ensino Público e Gratuito para todos significaram avanços concretos do movimento, possibilitando um maior contato do ME com os problemas populares.

Mas foi a prisão de 8 companheiros as

vésperas do 1º de Maio que levou o ME a se posicionar mais claramente em defesa dos interesses dos trabalhadores, realizando a mais expressiva manifestação de protesto contra o regime militar: a passeata de 15 mil estudantes e populares exigindo a libertação imediata e incondicional dos companheiros presos.

Conquistamos na prática o direito de nos manifestarmos publicamente, de repudiar abertamente os atos repressivos da ditadura. E não foi só. Denunciamos também as péssimas condições de vida a que estão relegados todos os trabalhadores neste país, a inexistência de liberdade de manifestação e organização para os oprimidos. E o movimento, em um mês, atingiu o âmbito nacional: 19/5 foi o dia nacional de luta. Por todo o país (Brasília, MG, RGS, Ba, e até Manaus) sucederam-se atos públicos e manifestações de apoio à nossa luta. Outra conquista foi a criação do Comitê 1º de Maio em S.P., Rio, MG, e RGS. A participação popular no movimento deu-lhe uma importância muito maior. O descontentamento com a opressão do regime, que não é só nossa, fez engrossar nossa manifestação. E o Comitê 1º de Maio foi a forma que encontramos para possibilitar uma integração ainda maior dos setores populares na luta que iniciamos. Através dele pretendemos denunciar toda



espécie de repressão do regime contra os explorados e oprimidos, denunciar as prisões políticas, realizar campanhas e mobilizações pela liberdade incondicional de todos os presos políticos e pelo retorno de todos os exilados e banidos.

Contudo, se nosso movimento se ampliou, se nossas entidades livres consolidaram-se e nossas lutas contam cada vez mais com o apoio popular, não podemos perder de vista o alcance atual de nossas forças. Apesar da força representada pelo conjunto dos estudantes mobilizados nas principais regiões do país, apesar de todo o apoio recebido por parte dos setores interessados em pôr fim a este estado de coisas, a repressão não recuou das prisões de nossos companheiros e, pelo contrário, continuou reprimindo nossas manifestações, prendeu secundaristas e professores que procuram lutar pelo direito de se organizar e manifes-

tar livremente e por melhores condições de ensino.

O objetivo da repressão é claro: isolar o nosso movimento, impedir uma maior integração de nossa luta à luta dos explorados. O regime, abalado pela séria crise que atravessa, não suporta nossa presença nas ruas denunciando seus crimes, não suporta verificar que o nosso exemplo de combatividade e firmeza tende a ser seguido por aqueles que até o momento não tiveram / como expressar toda a sua insatisfação e indignação com a situação.

Mas apesar de todos os esforços da repressão temos conseguido romper o isolamento. Nossas lutas hoje já encontram eco nos setores populares; os trabalhadores, professores, artistas e outras categorias profissionais já manifestam seu protesto frente ao regime, participam e apoiam nossas manifestações. E é o avanço desse movimento, ainda débil, que possui'

um nível frágil de ligação entre os vários setores, que levará a um movimento mais amplo, capaz de vir a apresentar uma alternativa ao regime, a qual por um lado suprime as bases econômicas e políticas de sustentação desse regime, e por outro lado, seja capaz de responder efetivamente às necessidades e interesse dos trabalhadores e de todo o povo oprimido.

É nesta resistência independente e organizada pela base que o movimento estudantil deve atuar. E ao nos colocarmos ao lado dos trabalhadores e oprimidos em defesa do ensino públi-

co e gratuito para todos pela libertação dos presos políticos, em defesa da liberdade de manifestação e organização aos trabalhadores e oprimidos, atuamos no sentido de fazer avançar a resistência popular.

Não podemos esquecer que o nível de organização dos trabalhadores, força mais importante da resistência popular, não permite ainda que se coloque a possibilidade de conquistas mais amplas frente ao regime. Mas isso não implica em restringirmos nossas lutas e mobilizações, nem tampouco sufocarmos qualquer protesto ou exigência. Na práti-

ca isto significaria a trazar a reorganização do nosso movimento e limitaria artificialmente a difusão das bandeiras políticas da resistência.

Portanto, compreender corretamente o estágio em que se encontra nosso movimento enquanto parte de um movimento mais amplo de resistência popular implica, isto sim, em definirmos uma linha de atuação voltada para o fortalecimento da nossa organização independente (desde os CA's até a nível nacional) e para uma vinculação cada vez mais estreita às lutas e aspirações dos trabalhadores.

Avançar a luta de Resistência Popular ao regime

Desde o início do ano a situação econômica, política e social do país vem se agravando cada vez mais.

Os preços crescem assustadoramente (ultrapassando 20% nos quatro primeiros meses do ano), a dívida externa passa a representar quase 25% de toda a produção nacional. Reduzem-se os lucros dos donos de empresas, as falências tomam as páginas dos jornais.

Frente a isso o governo simplesmente culpa o petróleo e o chuchu. Evidentemente procura enfrentar a crise e adotar novas providências. Valendo-se da fraqueza atual das classes trabalhadoras, im-

põe um arrocho salarial ainda maior, nada faz para controlar os preços dos produtos essenciais que sobem a uma velocidade astronômica, restringe os gastos públicos com a Educação, Saúde, Saneamento Básico e Transportes, retirando incentivos e gerando, conseqüentemente, uma grande onda de desemprego que afeta as diversas categorias de trabalhadores.

Mas como legítimo representante das classes dominantes, procurando antes de tudo tomar medidas que não afetem os lucros dos empresários, o governo nem /

fala nos 18 bilhões de cruzeiros retirados dos cofres públicos para acobertar falências de grupos financeiros e industriais. Não há dinheiro para salários e educação, mas para acalmar os Papas Juniors sempre conseguem alguns bilhões.

Mesmo assim, o regime não consegue satisfazer todos os setores empresariais. Os protestos contra a centralização de capitais e as perspectivas de democratização do regime se generalizam entre alguns setores do bloco dominante.

A intervenção do /

estado na economia assu-
me proporções questioná-
veis mesmo por parte de
grandes empresários, /
que vêem tolhida sua li-
berdade de investir, de
disputar seu próprio /
mercado, de especular /
para manter seus lucros
Mas isso não significa
que setores dominantes
passaram a considerar a
ditadura ineficiente. /
Muito pelo contrário,
todos eles sabem que a
melhor forma de garantir
a superexploração dos /
trabalhadores no Brasil
é impedindo o crescimen-
to da resistência popu-
lar, é manter o funcio-
namento dos órgãos re-
pressivos. Ainda mais
agora, com o crescimen-
to do descontentamento
dos setores populares /
com o regime.

Para os empresá-
rios a crise pôs fim ao /
paraíso da época do "mi-
lagre econômico", quan-
do havia lucro para to-
dos, quando todos os em-
presários se uniam mais
fortemente em torno do
regime.

Para os trabalhado-
res, o pesadelo da misé-
ria e da opressão se /
torna cada vez mais in-
suportável. Crescem as
greves por melhores sa-
lários, quebra-quebras
de trens por melhores /
transportes e manifesta-
ções nos bairros contra
a carestia. Frente a
isso o regime é forçado
a tomar medidas demagó-
gicas (como concessão /
de férias de 30 dias)
para tentar minimizar o
descontentamento, mas /
isso já não basta para
barrar o crescimento /

das lutas. Ao mesmo /
tempo crescem as lutas
de professores, jorna-
listas e advogados por
seus direitos. Cada /
vez que o movimento es-
tudentil sai às ruas o
apoio popular é claro.
Ao regime só resta a in-
tervenção repressiva di-
reta ao movimento. As
tropas ocupam as ruas /
munidas de cassetetes,
bombas e brucutus, es-
pancando populares que
aderem ao protesto estu-
dantil. Só a ditadura
militar garante essa re-
pressão ao movimento de
massas e todos os seto-
res do bloco dominante
sabem bem disso.

Propostas de refor-
mas no regime é o que /
não falta. Propostas /
que não alteram essen-
cialmente a situação de
superexploração e opres-
são em que vive a maio-
ria da população e que
não solucionam os pro-
blemas dos trabalhado-
res. Muito menos a /
proposta de Constituinte
do MDB pode resolver



essa situação; pelo con-
trário ela só, objetiva-
mente, tem o sentido de
recompor a fachada demo-
crática do regime tão /
desmascarada com o fe-
chamento do Congresso e
com o "pacote" de refor-
mas políticas e cana-
lizar o descontentamen-
to popular para os deba-
tes entre os parlamenta-
res nas poltronas maci-
as do Congresso.

Aos trabalhadores
interessa resistir e a-
vançar nessa resistên-
cia de forma independen-
te, conquistando seus
sindicatos e associa-
ções livres, lutando
pelo fim do arrocho sa-
larial, pela elevação /
dos salários, pelo con-
gelamento dos preços /
dos produtos essenciais,
congelamento dos alu-
guéis, pela liberdade
de organização e mani-
festação para todos os
oprimidos, pelo fim da
repressão e leis repres-
sivas do regime e pela
construção de partidos
comprometidos com esses
interesses. Só com es-
sas bandeiras de luta,
que efetivamente procu-
ram resolver seus pro-
blemas, é que será possí-
vel organizar um amplo
movimento de resistên-
cia popular ao regime,
em condições de susten-
tar um governo

que assegure melhores /
condições de vida e de
trabalho e direitos po-
líticos aos trabalhado-
res e demais oprimidos.

É nessa luta de re-
sistência popular que o
Movimento Estudantil de-
ve se integrar, não se

iludindo com propostas demagógicas, procurando formas orgânicas e políticas de aproximação / com esses setores populares.

universidade

O agravamento da / crise econômica levou o governo a tomar medidas que se voltaram basicamente contra os interesses populares, como o corte de verbas destinado à Educação que veio a ameaçar ainda mais as já precárias condições de ensino no país.

Na USP, professores foram dispensados, não houve verbas para / pesquisa, material didático ou de laboratório; as refeições do CRUSP / foram limitadas e tiveram seu preço aumentado para professores e funcionários; os serviços médicos que não acabaram, passaram a ser pagos.

Nas Universidades particulares, o aumento "natural" das anuidades foi agravado em função do corte da subvenção / do governo para as escolas onde ela existia. / Nos colégios as Associações de Pais e Mestres passaram a manter as / instalações, material / didático, faxineiros e uma série de serviços / através de taxas cobradas aos alunos, uma vez que diminuem a cada ano as verbas oficiais.

Assim, a situação das escolas brasileiras foi bastante agravada /

pela crise, o que colocou a exigência de mais verbas no centro da luta por melhores condições de ensino, embora nossos problemas não se resumam a isto.

Pelo contrário, / muito antes da crise, / mesmo na época do famoso "milagre econômico", quando tudo ia bem para os bolsos dos burgueses, a Universidade já sofria de uma série de doenças crônicas que se / chocavam com os interesses dos estudantes e da maioria dos setores populares.

No ano de 64 até mesmo os setores da chamada burguesia nacional abriam mão de qualquer ilusão de promover o desenvolvimento de um capitalismo auto-sustentado no país e submetiam-se a condição de sócios menores do imperialismo. A partir daí, acentuava-se também a tendência / ao desincentivo de produção de pesquisa e ciência nas Universidades. O fechamento da Universidade de Brasília foi o maior exemplo disto. O parque industrial não exigia este esforço. / Passava-se a importar / tecnologia de olhos fechados. As matrizes traziam suas fórmulas prontas.

À Universidade e ao ensino como um todo sobrou o papel de formar técnicos para a manipulação dessa tecnologia. A técnica em si / não há contraposição. O problema é a orientação tecnicista que o ensino passou a assumir em to-

dos os níveis e dimensões e os interesses a que está voltado: o do lucro das empresas. O rebaixamento do nível / de ensino pouco lhes interessa. Muito pelo contrário, quem consegue / se formar, não tem outra opção senão disputar um mercado de trabalho extremamente saturado, gerando a competição e o consequente rebaixamento de salário / ao máximo, em função, inclusive, da estreiteza dos conhecimentos adquiridos na Universidade e da abundância de oferta de mão de obra.

É esse o sentido, além da necessidade da penetração de uma ideologia tecnocrática que mantenha este estado de coisas, das tentativas de implantação de Estudos Sociais e da Licenciatura Curta em Ciências, da tentativa de / mudar o currículo da Medicina, que conseguimos barrar temporariamente o ano passado, e da / crescente tecnização / dos cursos de Exatas e Engenharia.

Soma-se a isto a orientação elitizante do ensino, que não se evidencia só pelo "curriculum vitae" dos que conseguem garantir sua difícil vaga na Universidade Pública (o bom colégio particular e o oneroso cursinho em geral), mas se dá, principalmente, através da impossibilidade da maior parte da população brasileira - as classes / trabalhadoras da cidade e do campo - conseguirem

rem manter seus filhos estudando, mesmo no 1º grau de uma escola pública, frente ao baixíssimo nível salarial que os obriga a colocar os menores trabalhando para elevar a renda familiar. Daí a nossa luta por mais verbas ter-se ampliado, transformando-se em parte de um combate maior pelo Ensino Público e Gratuito para todos.

Nossas lutas por melhores condições de ensino, contra a políti-

ca de desobrigação do estado para com os custos do ensino e contra sua orientação elitista e tecnizante passam também pelo questionamento do poder de decisão dos estudantes na Universidade.

Não é à toa que, para implantar esta orientação ao ensino volta da para a manutenção da exploração que sustenta o regime, centralizam-se as decisões na Universidade, oferecendo-nos uma ilusória parti-

cipação no Conselho Universitário.

Não é à toa que a voz dos estudantes tem que ser reprimida, que a política educacional se reveste de leis e decretos repressivos - 228, 477 - portarias e regimentos para que nossas lutas e nossa organização não provoquem fissuras na estratégia de ensino do regime e não contribua para o crescimento das manifestações populares.

fortalecer o movimento pelas bases

Desde a eleição da primeira diretoria, no ano passado, o DCE vem se firmando como o polo de organização do Movimento Estudantil na USP, vem dando exemplos de luta e combatividade a todos os estudantes do país e, mais do que isso, tem buscado o apoio dos demais setores oprimidos da sociedade.

Por tudo isso nossa entidade tem sido um calo no pé do regime militar. Temos conseguido na prática sustentar uma entidade livre de qualquer vínculo oficial, passando por cima das leis, decretos e portarias que proíbem sua existência.

No entanto, a criação de condições para uma participação ainda /

maior dos estudantes da USP, a ampliação da representatividade do DCE e a consolidação ainda maior de suas bases de sustentação são tarefas que ainda nos colocamos.

Para isso é necessário analisar algumas questões:

Em primeiro lugar, as últimas lutas mostraram que não é o fato de um grupo estar na diretoria de uma entidade que garante a sua direção ao movimento. A entidade não pode ser confundida com sua diretoria. A dinâmica das lutas exige a conquista desta liderança a cada momento e questiona sua representatividade pelas respostas que dá ao movimento. A direção é dada por quem consegue

responder às necessidades do movimento, seja a diretoria ou colegas interessados em participar e contribuir.

E, se cabe à diretoria, a iniciativa tanto dos trabalhos da entidade, quanto das lutas, é preciso, contudo, garantir que as decisões sejam tomadas por todos que se comprometem com o movimento. É por isso que as Reuniões Abertas e Assembleias Gerais assumem um papel fundamental. Porém, os Centros Acadêmicos têm colaborado muito pouco com isto; de um modo geral não têm a glutinado os estudantes de cada escola para uma participação consciente; não têm conseguido discutir, de forma satisfatória, propostas /

para as Reuniões e As -
sembléias do DCE. Se o
DCE centraliza e direci
ona as lutas da Univer
sidade, os CAS são suas
bases de sustentação ,
são os canais de veicu
lação de suas propostas.
Assim, combinar os tra
balhos dos CAS com os
do DCE é uma tarefa pre
sente.

Em segundo lugar ,
a participação do DCE
que em momentos de mobi
lização conta com um /
grande número de estu -
dantes, em períodos nor
mais (se é que se pode

considerar normal a /
"paz" no campus) redu -
zem-se sensivelmente. /
Isso porque não só a
diretoria atual, mas to
dos nós, não nos temos
comprometido com as for
mas de participação, co
mo o Jornal do DCE (que
até hoje não existe!) ,
com a Comissão Cultural
com a Comissão de Ver -
bas, etc... Aqui também
os CAS. deveriam dar ma
ior contribuição.

E, finalmente, um
vínculo maior do DCE /
com todos os CAS, DCEs
e Universidades do país

e com os demais setores
oprimidos da sociedade,
é fundamental no proces
so de organização da re
sistência popular ao re
gime. Isso, hoje, é fei
to através dos Encontros
Nacionais e Estaduais /
de Estudantes; de comis
sões, como o "Comitê 1º
de Maio"; e do apoio ir
restrito às manifesta -
ções que trazem bandei
ras comuns, sejam de es
tudentes, professores ,
artistas e, principal -
mente de trabalhadores.

É para isso que /
nos comprometemos com
algumas propostas...

propostas de trabalho

1. luta popular e comitê 1º de maio

Dando continuidade à luta pela Libertação dos Companheiros presos e à consolidação das formas organizativas que criamos nessa luta, nos propomos a:

- dar ao dia 15 de junho (proposta aprovada no último Ato Público) um verdadeiro caráter de luta popular contra a opressão e exploração, buscando comprometer as escolas do estado e possíveis organizações populares (Sindicatos, Associações de Bairro, Clubes de Mães, etc.);

- fortalecer o "Comitê 1º de Maio", com a elaboração de cadernos de denúncia da situação dos presos políticos, com arrecadação de dinheiro para os presos e seus familiares e promovendo manifestações em apoio / aos companheiros presos em 68 e 69, que atualmente estão sendo julga - dos.

2. verbas

Considerando que foi insatisfatória a resposta do governador à lu
ta de verbas - "remanejamento das verbas do segundo ao primeiro semes
tre" - isto nos impõe a retomada da luta, já que as condições de ensino
em nada melhoraram, que professores e funcionários continuam sendo de
mitidos; que os serviços médicos que não acabaram estão sendo cobrados;
que o CRUSP ainda cobra Cr\$ 17,00 de funcionários e professores, nos /
propomos a:

- reativar a Comissão de Verbas do DCE;
- fortalecer a Comissão Popular criada a partir do Simpósio pelo En
sino Público e Gratuito.

3. imprensa livre

Considerando a necessidade de dinamizar a imprensa do DCE, nos /
propomos a:

- criar um Jornal do DCE, aberto à participação dos estudantes in -

interessados, que tenha um caráter tanto de denúncia dos problemas estudantis como de denúncia da situação de miséria e opressão a que estão submetidos amplos setores da sociedade:

- criar uma Revista de Debates, onde se manifestem todos os estudantes interessados em contribuir para o esclarecimento político do conjunto dos estudantes, permitindo uma participação consciente de todas as mobilizações e discussões do Movimento Estudantil.

4. dinamizar a comissão cultural

Considerando a limitação às publicações culturais e científicas, shows e outras formas de divulgação e criação cultural, imposta pela censura oficial ao regime e pelo poder econômico dos empresários e considerando, ainda, os direitos que conquistamos na Universidade, passando por cima de qualquer limitação imposta às nossas atividades culturais, nos propomos a:

- dinamizar os shows musicais e projeções de filmes da Comissão Cultural, procurando comprometer com o trabalho dessa comissão todo o pessoal que compõe, toca, filma, fotografa ou que possa dar qualquer contribuição;

- colaborar com a infra estrutura necessária para manter essa Comissão (projetores, som, cartazes, etc.);

- procurar contatos mais estreitos com grupos culturais de bairros, trazendo-os à Universidade e incentivando apresentações de grupos universitários nos bairros;

- trabalhar no sentido da elaboração de uma revista literária e de debates sobre a situação da cultura desenvolvida atualmente dentro e fora do país;

- trabalhar no sentido de organizar e promover Festivais de Música e de Teatro Universitário.

5. reorganização do m.e.

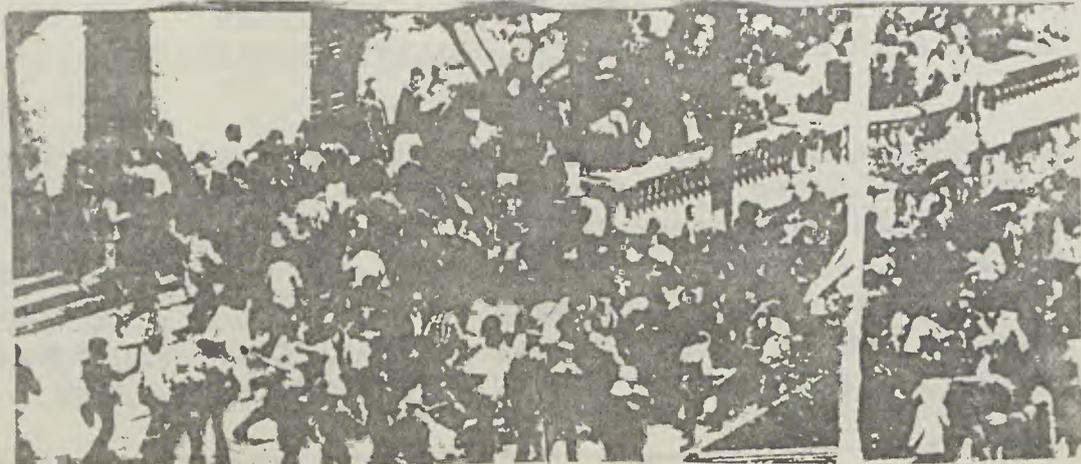
Tirando consequências organizativas do avanço atual das lutas do Movimento Estudantil, nos propomos a:

- Reconstruir a União Estadual de Estudantes (UEE) e a União Metropolitana de Estudantes (UME) a partir do Congresso Estadual, marcado para agosto próximo;

- criação da Comissão Executiva Nacional Pró-UNE no próximo Encontro Nacional de Estudantes (dia 4/06 em Belo Horizonte), que tenha como tarefa básica centralizar o Movimento Estudantil nacional, propagando a reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE) e de todas as entidades livres esfaceladas pela repressão nos últimos dez anos;

- organizar os estudantes da USP para participarem da próxima Reunião Anual da SBPC (julho próximo em Fortaleza), cobrando uma participação maior dos cientistas e demais participantes nos problemas políticos da vida do país;

- criar uma Comissão Nacional Centralizadora dos Comitês 1º de Maio, já criados em várias regiões do país.



POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO!

RESISTENCIA

PLATAFORMA
DE
LUTA

PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO
CONTRA O ENSINO PAGO EM TODAS AS FORMAS E NÍVEIS
CONTRA O CRÉDITO EDUCATIVO
POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO
POR MELHORES INSTALAÇÕES PARA OS CURSOS, MELHORES BIBLIOTECAS E LABORATÓRIOS
POR TRANSPORTES, ALIMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA GRATUITA
PELA REABERTURA DO CRUSP À MORADIA ESTUDANTIL
CONTRA ESTUDOS SOCIAIS E RESOLUÇÃO 30
CONTRA A TECNIZAÇÃO, PELO INCENTIVO ÀS PESQUISAS CIENTÍFICAS
CONTRA TODAS AS FORMAS DE ELITIZAÇÃO
CONTRA O VESTIBULAR, PELO LIVRE ACESSO À UNIVERSIDADE
CONTRA O JUBILAMENTO

PELA REORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO M.E.!

PELA LIVRE ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ESTUDANTES
PELO FORTALECIMENTO DOS CAS. E DO DCE
POR UMA SEDE PARA O DCE
PELA RECONSTRUÇÃO DA UME
PELA RECONSTRUÇÃO DA UEE-LIVRE EM SÃO PAULO
PELA CRIAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL PRÓ UNE
PELA REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE ESTUDANTES
PELO FORTALECIMENTO DA COMISSÃO DE ESCOLAS ISOLADAS E DA COMISSÃO DE ESCOLAS DO INTERIOR
TODO APOIO À LUTA E REORGANIZAÇÃO DOS COLEGAS DA PÓS GRADUAÇÃO
PELO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES ESTUDANTIS LIVRES COMO ÚNICAS REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES
CONTRA A PARTICIPAÇÃO NOS ÓRGÃOS ATRELADOS À BUROCRACIA
PELO FIM DOS DECRETOS 477 e 228
CONTRA O REGIMENTO INTERNO E AS PORTARIAS REPRESSIVAS DA REITORIA
PELA LIVRE UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DA UNIVERSIDADE PELOS ESTUDANTES
PELA RETIRADA DO POLÍCIAMENTO DO CAMPUS

PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO AOS TRABALHADORES E OPRIMIDOS!

PELO FIM À REPRESSÃO E TODAS AS LEIS REPRESSIVAS
PELO FIM AOS ÓRGÃOS REPRESSIVOS DO REGIME
PELA LIBERDADE INCONDICIONAL DOS PRESOS POLÍTICOS E VOLTA DOS EXILADOS E BANIDOS
PELO FIM ÀS PRISÕES, TORTURAS E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS
PELA LIVRE ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS DAS CLASSES TRABALHADORAS

Considerando que os estudantes, como parte da parcela oprimida da sociedade, devem apoiar as lutas dos outros setores populares pelo fim do estado de superexploração e opressão, cabe ao DCE solidarizar-se e apoiar ativamente as lutas dos trabalhadores POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO, CONTRA A CENSURA, PELO FIM DO ARROCHO SALARIAL, PELA ELEVAÇÃO GERAL DOS SALÁRIOS, PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS, PELA LIBERDADE SINDICAL E PELO DIREITO DE GREVE.